

OS DESAFIOS DA EXTENSÃO RURAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE ARROIO DO PADRE

DANIELLE FARIAS DA SILVEIRA¹; JANAÍNA SILVA DA ROSA²; FLÁVIO SACCO DOS ANJOS (Orientador)³

¹ Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM/UFPEL) – dani_cassino@hotmail.com;

² Pós-graduação em Sociologia (IFISP-UFPEL) – janainasr2000@yahoo.com.br

³ FAEM/UFPEL – saccodosanjos@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A extensão rural é um importante meio de aplicação de políticas públicas voltadas ao meio rural buscando o desenvolvimento social, econômico e tecnológico das comunidades atendidas. A nova extensão rural deve atender a premissas preconizadas por SACCO DOS ANJOS e CALDAS (2008), quando estes afirmam a necessidade de estabelecer a diferença entre desenvolvimento agrícola e desenvolvimento rural, sobretudo quando alertam sobre o risco de estas noções levarem a resultados absolutamente opostos. Nesse caso, chama-se a atenção para o fato de que o desenvolvimento rural é muito mais do que simplesmente incrementar a produtividade dos fatores de produção.

As metodologias de atendimento às populações de interesse vêm passando por um processo de remodelagem, migrando do modelo difusionista para um modelo participativo dentro da nova perspectiva proposta pela PNATER¹. Este assunto tem despertado o interesse de pesquisadores desde a crise da extensão rural vivenciada no final dos anos oitenta (CAPORAL E COSTABEBER, 1994). A ênfase no uso de agroquímicos, a contaminação dos recursos naturais, a degradação dos ecossistemas, o êxodo rural e os processos de desenraizamento estão no centro de um debate que permanece inacabado e que é extremamente relevante. Assim, há o entendimento que para promover um novo modelo de desenvolvimento rural é necessário uma nova metodologia de extensão rural que possibilite um diálogo participativo entre agricultor e extensionista.

Vale citar que esta “nova extensão rural” se identifica, em boa medida, com as premissas da agroecologia. BROSLETER et. al. (2010) sinalizam este entendimento como um “critério norteador das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural dos sujeitos envolvidos no processo”.

Através deste trabalho busca-se refletir sobre a importância dos métodos participativos e sua aplicação, tendo como referência a experiência vivenciada pelo primeiro autor junto ao Escritório Local da EMATER-ASCAR existente no município de Arroio do Padre onde atuei durante os meses de março e junho de 2014.

2. METODOLOGIA

¹ PNATER: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária, instituído por LEI nº 12.188 de janeiro de 2010. Em seu art. 3º, inciso III, institui que deverão ser adotadas metodologias participativas como forma de superar o reducionismo da abordagem difusionista.

Este artigo vem de uma reflexão sobre a experiência vivida pela primeira autora na realização de estágio curricular de conclusão de curso da Agronomia-FAEM/UFPEl junto ao escritório municipal da EMATER de Arroio do Padre. Durante os meses de março e julho de 2014 acompanhei uma série de atividades executadas pela equipe de extensionistas rurais. Ao longo do período foi possível vislumbrar as diferenças existentes entre os ensinamentos adquiridos na academia no que se refere às metodologias preconizadas pela extensão rural, e sua aplicação efetiva no âmbito da realidade concreta. A fim de embasar este artigo foi realizada uma revisão bibliográfica sobre temas relacionados com o desenvolvimento rural, métodos da extensão rural, agroecologia, agricultura familiar e políticas públicas de inclusão social, combate à fome e à insegurança alimentar. Também participam desta reflexão pesquisadores do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR) ao qual me vinculei durante o período de realização de estágio.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As novas metodologias de extensão rural, ditas como participativas, partem da necessidade de uma mudança de posicionamento na atuação dos agentes de desenvolvimento, onde o pesquisador, no caso o extensionista, conforme BROSLER et. al. (2010), deixa de ser simplesmente uma fonte de informação para assumir outros papéis. De acordo com FAVERO e SARRIERA, (2009), ele passa a atuar como animador e facilitador de processos de desenvolvimento rural.

Segundo CAPORAL e RAMOS (2008, p.5) da instituição de extensão rural é esperado um outro tipo de compromisso. Além disso,

[...] requer das entidades, de seus diretores, de seus gerentes e de seus agentes uma nova postura de trabalho, um novo papel e um novo perfil, além de uma atuação baseada em métodos e técnicas que estimulem a participação. Uma nova Ater precisa ser, verdadeiramente, uma ação educativa, democrática e participativa.

Dentre as ferramentas a serem utilizadas pelo extensionista temos: as **metodologias participativas** onde o indivíduo é o elemento-chave, e dele deve partir a transformação do meio e agente de promotor de desenvolvimento (BROSLER et. al. 2010). Na **pesquisa-ação** espera-se uma atuação planejada não só de quem promove, no caso, o extensionista, mas também do próprio sujeito. Ainda conforme a mesma autora, na **investigação-ação participante** o extensionista tem o papel orientador, auxilia a identificar os problemas que vão sendo construídos por seus sujeitos e que de posse deste entendimento, ambos buscam soluções aos problemas levantados. Analisando as ferramentas disponíveis dentro dessa nova perspectiva por parte do extensionista temos, segundo (CAPORAL, 2013) a **visão holística** e o enfoque **sistêmico**, onde no primeiro impõe-se a necessidade de vislumbrar o todo, e não simplesmente a visão fragmentada da realidade. No segundo caso, trata-se de compreender as interações entre este *todo* e os indivíduos envolvidos neste sistema.

De posse deste conhecimento contrapõe-se a realidade do que se apresenta em um escritório da instituição de maior reconhecimento em extensão rural do RS, onde as principais atividades consistem em repassar e aplicar as

políticas dos governos estadual e federal, o que encerra a possibilidade de construção esperada da nova ATER.

Nos últimos anos o Estado brasileiro ciente da necessidade de afirmação econômica e social dos moradores do campo demanda políticas públicas destinadas a essa categoria. Entre elas destacam-se as vivenciadas na realidade do município em estudo: PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) uma política de crédito e custeio da atividade agrícola; os mercados institucionais (PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e PNAE – Programa Nacional de Aquisição de Alimentos) programas de compra e venda da produção familiar, voltados a questão de agregação de valor e geração de renda, de comercialização da produção e segurança alimentar e o PBSM – Programa Brasil sem Miséria, direcionado a população em situação de extrema pobreza; Programas Mais Água, Mais Renda e Irrigando, que incentivam o investimento em irrigação.

Entre estes destacamos ainda os projetos de ATER destinada a população em situação de pobreza. Estes programas visam atender famílias produtoras num sentido de oferecer respaldo técnico à produção, bem como diversificá-la. O que ocorre, entretanto, é que em muitas situações esses projetos possuem uma estreita base para a aplicação. Na prática, os técnicos apenas tem de aplicar as metas do projeto, não havendo espaço para utilizar ferramentas participativas ou dialogar com as necessidades do público alvo .

O que se observa é um atendimento amplo das diversas comunidades daquela localidade, e da relevância inquestionáveis destes programas, a reflexão está no distanciamento existente entre a forma de aplicação destas políticas e as metodologias participativas que caracterizam o PNATER. Embora exista um direcionamento na criação destas políticas que são voltadas a públicos específicos e para determinada região, o agente de extensão fica normalmente à margem desse entendimento, assim como a participação do agricultor que não raras vezes se circunscreve a uma atuação meramente presencial ou consultiva.

4. CONCLUSÕES

A nova extensão rural passa por um processo de desenvolvimento e de adaptação à realidade vivenciada no país e aos seus grandes desafios. Na década de 1980 foi desmantelada a partir das receitas impostas pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e outras agências multilaterais num contexto de desregulação e privatização de serviços públicos.

As décadas anteriores haviam sido marcadas pelo reconhecimento acerca dos desdobramentos da Revolução Verde e dos limites impostos pela ênfase no uso das ferramentas difusionistas de mero repasse e transmissão de tecnologia, sem qualquer preocupação com o incremento na qualidade de vida das famílias rurais e da população rural em geral.

Atualmente existe a intenção do governo em valorizar aquelas comunidades que vivem e produzem no meio rural. Depois da promulgação da nova constituição algumas mudanças importantes aconteceram num contexto de recuperação do papel do Estado em combater as desigualdades sociais e os desequilíbrios regionais.

A discussão não se encerra apenas nas esferas governamentais, tratando-se de assunto que desperta o interesse da academia e órgãos de pesquisa e produção do conhecimento, especialmente porque os problemas que afetam o

campo repercutem na sociedade em geral. O inchaço das cidades, a crise dos serviços urbanos, violência e exclusão social têm suas raízes na expulsão prematura da população rural e dos pequenos municípios. Sendo os espaços rurais uma fonte de biodiversidade e de riqueza material e simbólica, é cada vez mais importante avançar na discussão sobre o papel da Extensão Rural.

No caso de Arroio do Padre constatamos a importância dessa discussão em se tratando de uma pequena localidade que consta com uma população de 2730 habitantes (PNUD, 2014) dos quais 83% (PNUD, 2014) compõem a população rural. Em se observando o papel do extensionista nessa localidade fica evidente a sua importância, mesmo que se questione a sua atuação sob o prisma das metodologias participativas, pois é a ele que o agricultor recorre nas mais diversas situações, seja na busca por assistência técnica, ou para inclusão nos programas e projetos em andamento. A experiência vivida no escritório, na aplicação destes programas e na realidade da extensão rural mostra o distanciamento entre a teoria da academia das perspectivas do PNATER e da realidade das localidades, mas abre espaço para reflexão sobre novos direcionamentos ainda dentro dos ambientes de formação e também das instituições de extensão rural.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei nº 12.188 de janeiro de 2010 – Institui o **PNATER**: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária. Acessado em: 16 de julho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm
- BROSLER, T.M.; et. al. Métodos na Nova Extensão Rural no Brasil: caminho para a participação, de quem?. In: **48º CONGRESSO DA SOBER**, Campo Grande/MS. 2010. **Anais...**
- CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. **Da Extensão Rural Convencional à Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável**: Enfrentar Desafios para Romper a Inércia. Acessado em 15 de Julho de 2014. Disponível em: <http://agroeco.org/socla/wp-content/uploads/2013/11/Da-Extensao-Rural-Convencional-Extensao-Rural-para.pdf>
- CAPORAL, F. R.; **Política Nacional de Ater**: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. Acessado em 20 Julho de 2014. Disponível em: <http://agroeco.org/socla/wp-content/uploads/2013/11/Pnater-+primeiros+passos+....+Caporal.pdf>
- CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. Por uma nova extensão rural, fugindo da obsolência. **Reforma agrária**. v. 24, n.3, p. 70-90, 1994.
- FAVERO, E.; SARRIERA, J.C. Extensão rural e intervenção: velhas questões e novos desafios para os profissionais. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, vol. 12, n. 1, pp. 1-16, 2009.
- PNUD – **Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil**. Acessado em 31 de julho de 2014. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/arroio-do-padre_rs
- SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N.V. O rural brasileiro: velhas e novas questões em debate. **Teoria e Pesquisa: Revista de Ciência Política** São Carlos/SP, vol.17, n.1, pp. 49-66, jan/jun 2008.